



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
CONSULTORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA

Processo nº 1661/2003.

Interessado: Banco do Brasil S/A.

Assunto: Convênio para consignação em folha de pagamento. Celebração de novo ajuste.

Ementa: Consignação em Folha de Pagamento. Novo Convênio. Minuta do convênio. Alterações na minuta. Unidades Técnicas acolhem, em parte, as alterações sugeridas pelo Banco do Brasil. Consultoria Jurídica da Presidência converge. Prosseguimento do feito.

P A R E C E R Nº 150/2021-CJP

Por meio do despacho da Presidência desta Corte, retornam os autos a esta Consultoria Jurídica para manifestação acerca da matéria.

Cuidam os autos dos procedimentos administrativos voltados à celebração de novo convênio entre este Tribunal e o Banco do Brasil S/A - BB, tendo como objeto a consignação de desconto em folha de pagamento dos membros e servidores ativos, inativos e pensionistas.

O ajuste anterior ficou vigente até o dia 22 de setembro de 2021. Portanto, o convênio em exame tem o intuito de manter o direito à consignação de empréstimos e financiamentos em folha de pagamento dos membros, dos servidores ativos, inativos e dos pensionistas desta Corte.

Inicialmente, rememora-se que esta Corte encaminhou a minuta padrão (peça nº 73) ao Banco do Brasil. Naquela ocasião, o Banco propôs algumas alterações de cunho operacional a fim de adequá-la ao modelo padrão do banco.

Após a percuente análise das unidades técnicas, foi elaborada outra minuta (peça nº 79), com a inclusão das propostas consideradas viáveis pelo Tribunal.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
CONSULTORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA

Nesse sentido, o termo de convênio ajustado foi encaminhado ao Banco do Brasil para assinatura do seu representante. Contudo, o Banco do Brasil reiterou as propostas anteriormente solicitadas e não acolhidas por esta Corte.

Pugnou o interessado, à peça nº 85, a inclusão das seguintes cláusulas:

1. Inserir redação que cite prazo para análise das propostas:

O que diz a minuta padrão do Banco:

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS RESPONSABILIDADES DOS PARTICIPEIS

VI - confirmar ao BANCO, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da data da solicitação do crédito pelos SERVIDORES, APOSENTADOS E/OU PENSIONISTAS, por escrito ou meio eletrônico, conforme indicado nas Condições Gerais do Convênio - Anexo I, a possibilidade de realizar os descontos do empréstimo e/ou financiamento na folha de pagamento dos SERVIDORES, APOSENTADOS E/OU PENSIONISTAS para que os recursos possam ser liberados, observado o contido no Parágrafo Segundo, da Cláusula Segunda deste Convênio;

2. Estabelecer no Anexo I a data de pagamento dos salários dos servidores. Comunicar ao Banco a antecipação de datas de pagamento dos servidores da entidade:

O que diz a minuta padrão do Banco:

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS RESPONSABILIDADES DOS PARTICIPEIS

XIII - comunicar ao BANCO a ocorrência de adiantamento da data de crédito dos salários aos SERVIDORES, APOSENTADOS E/OU PENSIONISTAS. Neste caso, a cobrança da prestação de crédito consignado também se processará na mesma data, devendo o valor consignado ser repassado conforme definido no inciso VII desta Cláusula.

3. Inserir cláusula que preveja o repasse ao Banco nos casos de desligamento dos servidores:

O que diz a minuta padrão do Banco:

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS RESPONSABILIDADES DOS PARTICIPEIS

XI- reter e repassar ao BANCO, por ocasião do desligamento (exoneração, demissão ou aposentadoria) dos SERVIDORES,

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
CONSULTORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA

APOSENTADOS E/OU PENSIONISTAS, o valor da dívida de empréstimo e/ou financiamento apresentado pelo BANCO na forma da legislação vigente;

XIV - dar preferência, nos termos da(s) Lei(s) indicada(s) na alínea "a" item 2 - Dispositivos Legais - do Quadro Resumo, aos descontos autorizados pelos SERVIDORES, APOSENTADOS E/OU PENSIONISTAS relativamente aos empréstimos e/ou financiamentos realizados com o BANCO, em detrimento a outros descontos de mesma natureza que venham a ser autorizados posteriormente, mantendo a prioridade quando das repactuações dessas dívidas junto ao BANCO.

Analisando as propostas apresentadas pelo Banco do Brasil, o Serviço de Legislação de Pessoal-Seleg, por meio da Informação nº1227/2021 – Seleg, peça nº 87, elaborou o seguinte quadro:

Inserir redação que cite prazo para análise das propostas:		
BB	propõe	<i>VI – confirmar ao BANCO, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da data da solicitação do crédito pelos SERVIDORES, APOSENTADOS E/OU PENSIONISTAS, por escrito ou meio eletrônico, conforme indicado nas Condições Gerais do Convênio – Anexo I, a possibilidade de realizar os descontos do empréstimo e/ou financiamento na folha de pagamento dos SERVIDORES, APOSENTADOS E/OU PENSIONISTAS para que os recursos possam ser liberados, observado o contido no Parágrafo Segundo, da Cláusula Segunda deste Convênio;</i>
alteração	na	
minuta do TCDF,		
para constar o		
que diz sua		
Cláusula Terceira		
padrão, item VI,		
nos seguintes		
termos:		



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
CONSULTORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA

Seleg propõe:	<p>Incluir na “Cláusula Décima – Das Responsabilidades”, novo parágrafo contendo a seguinte proposta de ajuste:</p> <p>PARÁGRAFO SEGUNDO. Caberá ao CONVENIENTE confirmar à INSTITUIÇÃO CONVENIADA, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da data da solicitação do crédito pelos membros e servidores, ativos e inativos, e pensionistas, por escrito ou meio eletrônico, a possibilidade de realizar os descontos do empréstimo e/ou financiamento na folha de pagamento dos membros e servidores, ativos e inativos e pensionistas para que os recursos possam ser liberados.</p>
---------------	---

Estabelecer no Anexo I a data de pagamento dos salários dos servidores. Comunicar ao Banco a antecipação de datas de pagamento dos servidores da entidade:	
BB propõe alteração na minuta do TCDF, para constar o que diz sua Cláusula Terceira padrão, item XIII, nos seguintes termos:	<i>XIII – comunicar ao BANCO a ocorrência de adiantamento da data de crédito dos salários aos SERVIDORES, APOSENTADOS E/OU PENSIONISTAS. Neste caso, a cobrança da prestação de crédito consignado também se processará na mesma data, devendo o valor consignado ser repassado conforme definido no inciso VII desta Cláusula.</i>
Sepag esclareceu (peça 77):	“XIII – está restrito ao orçamento e disponibilização das cotas e repasses financeiros por parte do tesouro local, foge da alçada das unidades do SEPAG;”
Seleg propõe:	<p>Se for uma exigência intransponível, poderá ser incluído novo parágrafo na “Cláusula Décima – Das Responsabilidades”, contendo a seguinte proposta de ajuste:</p> <p>PARÁGRAFO TERCEIRO – Caberá ao CONVENIENTE comunicar à INSTITUIÇÃO CONVENIADA a ocorrência de adiantamento da data de crédito dos salários aos membros e servidores, ativos e inativos, e pensionistas. Neste caso, a cobrança da prestação de crédito consignado também se processará na mesma data, devendo o valor consignado ser repassado conforme definido na cláusula quinta.</p> <p>Contudo, importante destacar que a <u>redação sugerida será inócua</u>, em razão de a data de pagamento dos salários dos membros, servidores e aposentados estar vinculada à disponibilização das cotas e repasses financeiros pelo tesouro local.</p>



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
CONSULTORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA

Inserir cláusula que preveja o repasse ao Banco nos casos de desligamento dos servidores:	
BB propõe alteração na minuta do TCDF, para constar o que diz sua Cláusula Terceira padrão, itens XIII e XIV, nos seguintes termos:	<p><i>XI – reter e repassar ao BANCO, por ocasião do desligamento (exoneração, demissão ou aposentadoria) dos SERVIDORES, APOSENTADOS E/OU PENSIONISTAS, o valor da dívida de empréstimo e/ou financiamento apresentado pelo BANCO na forma da legislação vigente;</i></p> <p><i>XIV – dar preferência, nos termos da(s) Lei(s) indicada(s) na alínea “a” item 2 - Dispositivos Legais - do Quadro Resumo, aos descontos autorizados pelos SERVIDORES, APOSENTADOS E/OU PENSIONISTAS relativamente aos empréstimos e/ou financiamentos realizados com o BANCO, em detrimento a outros descontos de mesma natureza que venham a ser autorizados posteriormente, mantendo a prioridade quando das repactuações dessas dívidas junto ao BANCO.</i></p>
Sepag propõe (peça 77):	<p>“XI – sugiro a oitiva do Seleg, haja vista outras parcelas de caráter alimentar (...);”</p> <p>“XIV – existe norma específica que trata da hierarquia dos descontos no âmbito do TCDF.”</p>
Seleg propõe:	<p>Manter a redação padrão da minuta do TCDF de peça 79, pois ambos os procedimentos são inviáveis. Por <u>falta de amparo legal</u>, nos termos do art. 116, <i>caput</i>, da LC nº 840/11, este Tribunal não pode fazer a retenção de verbas de acerto financeiro no desligamento de servidores, para repassar ao Banco, nem dar preferência entre os descontos consignados.</p> <p>Destaca-se que a <u>Lei nº 10.820/2003</u>, que dispõe sobre a autorização para desconto de prestações em folha de pagamento, e que possui previsão para as solicitações do Banco do Brasil, <u>somente se aplica aos empregados regidos pela CLT, in verbis:</u></p> <p><i>Art. 1ª Os empregados regidos pela <u>Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943</u>, poderão autorizar, de forma irrevogável e irretratável, o desconto em folha de pagamento ou na sua remuneração disponível dos valores referentes ao pagamento de empréstimos, financiamentos, cartões de crédito e operações de arrendamento mercantil concedidos por instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil, quando previsto nos respectivos contratos.</i></p> <p><i>§ 1º O desconto mencionado neste artigo também poderá incidir sobre</i></p>



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
CONSULTORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA

	<p><i>verbas rescisórias devidas pelo empregador, se assim previsto no respectivo contrato de empréstimo, financiamento, cartão de crédito ou arrendamento mercantil, até o limite de 35% (trinta e cinco por cento), sendo 5% (cinco por cento) destinados exclusivamente para:</i></p> <p><i>(....)</i></p> <p><i>Art. 3º Para os fins desta Lei, são obrigações do empregador:</i></p> <p><i>(...)</i></p> <p><i>§ 4º Os descontos autorizados na forma desta Lei e seu regulamento terão preferência sobre outros descontos da mesma natureza que venham a ser autorizados posteriormente.</i></p> <p>No mais, de acordo com a Resolução nº 199/09, que dispõe sobre as consignações em folha de pagamento dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas no âmbito do TCDF, a preferência entre as verbas consignadas existe apenas com relação aos descontos de natureza compulsória, os quais possuem prioridade sobre os descontos de natureza facultativa (art. 9º, caput).</p>
--	---

Ao final, sugeriu a assinatura de novo convênio, nos termos da minuta acostada à peça nº 88, a fim de manter a consignação de empréstimos e financiamentos em folha de pagamento dos membros, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas desta Corte, em conformidade com a Resolução-TCDF nº 199/2009.

O Secretário de Gestão de Pessoas concordou com as proposições do Seleg, consoante Informação nº 588/2021-Segep, peça nº 92.

Na sequência, a Secretaria-Geral de Administração, por meio da Informação nº 193/21-Segedam (AP) (peça nº 93), opinou por que seja autorizada a celebração do convênio, diante do preenchimento dos requisitos formais por parte do Banco do Brasil S/A, conforme exigências contidas na Resolução TCDF nº 199/2009, alterada pelas de nºs: 210/2010 e 247/2012.

Feito o relatório, passa-se à análise da matéria.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
CONSULTORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA

Inicialmente, destaca-se que esta Consultoria Jurídica já se manifestou favoravelmente à celebração do ajuste em exame, consoante se observa nos Pareceres nºs: 118/2021 e 132/2021, às peças nºs 69 e 82.

Naqueles opinativos, esta Consultoria constatou que os documentos necessários à formalização do convênio foram apresentados, bem como, aqueles que demonstram a regularidade fiscal do interessado.

Contudo, na ocasião da assinatura do ajuste por parte do representante do Banco do Brasil, aquela entidade apresentou ao Tribunal algumas sugestões de alteração nos termos do convênio a fim de adequá-lo à minuta padrão do banco, mormente no que diz respeito à cláusula de responsabilidade dos partícipes.

Portanto, neste momento, analisa-se as propostas de alterações sugeridas pelo Banco do Brasil nos termos do convênio, principalmente no que se refere à cláusula de responsabilidade dos partícipes.

As sugestões apresentadas pelo Banco do Brasil, foram, em síntese, as seguintes:

- a) Inserir redação que cite prazo para análise das propostas;
- b) Estabelecer no Anexo I a data de pagamento dos salários dos servidores. Comunicar ao Banco a antecipação de datas de pagamento dos servidores da entidade;
- c) Inserir cláusula que preveja o repasse ao Banco nos casos de desligamento dos servidores.

Atendendo à solicitação contida na **letra a** supra, o Seleg incluiu na Cláusula Décima - Das Responsabilidades, parágrafo segundo, contendo a seguinte redação:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
CONSULTORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA

PARÁGRAFO SEGUNDO. *Caberá ao CONVENIENTE confirmar à INSTITUIÇÃO CONVENIADA, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da data da solicitação do crédito pelos membros e servidores, ativos e inativos, e pensionistas, por escrito ou meio eletrônico, a possibilidade de realizar os descontos do empréstimo e/ou financiamento na folha de pagamento dos membros e servidores, ativos e inativos e pensionistas para que os recursos possam ser liberados.*

Acerca do **item b**, o Seleg acrescentou o parágrafo terceiro na Cláusula Décima - Das Responsabilidades, da seguinte forma:

PARÁGRAFO TERCEIRO – *Caberá ao CONVENIENTE comunicar à INSTITUIÇÃO CONVENIADA a ocorrência de adiantamento da data de crédito dos salários aos membros e servidores, ativos e inativos, e pensionistas. Neste caso, a cobrança da prestação de crédito consignado também se processará na mesma data, devendo o valor consignado ser repassado conforme definido na cláusula quinta.*

Com relação a proposta contida na **letra c**, o Seleg sugeriu a manutenção da redação padrão da minuta do TCDF, vista à peça nº 79.

Isso porque, este Tribunal não pode fazer retenção de verbas de acerto financeiro no desligamento de servidores para repassar ao Banco, tampouco dar preferência entre os descontos consignados, por falta de amparo legal.

A respeito desse assunto, Hely Lopes Meirelles¹ define que: “A legalidade, como princípio de administração (CF, art. 37, caput), significa que o

¹ MIRELES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 30. Ed. São Paulo: Malheiros, 2005.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
CONSULTORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA

administrador público está, em toda a sua atividade funcional, sujeito aos mandamentos da lei e às exigências do bem comum, e deles não se pode afastar ou desviar, sob pena de praticar ato inválido e expor-se a responsabilidade disciplinar, civil e criminal, conforme o caso”.

Assim, cabe à administração pública agir de acordo com o que a lei autoriza, diferente dos particulares que podem fazer tudo aquilo que a lei não proíbe. Portanto, a lei define a atuação do administrador público.

No caso vertente, a inclusão de cláusula que preveja o repasse ao Banco nos casos de desligamento dos servidores é inviável, conforme bem destacado pelo Seleg, *in verbis*:

Manter a redação padrão da minuta do TCDF de peça 79, pois ambos os procedimentos são inviáveis. Por falta de amparo legal, nos termos do art. 116, caput, da LC nº 840/11, este Tribunal não pode fazer a retenção de verbas de acerto financeiro no desligamento de servidores, para repassar ao Banco, nem dar preferência entre os descontos consignados.

Destaca-se que a Lei nº 10.820/2003, que dispõe sobre a autorização para desconto de prestações em folha de pagamento, e que possui previsão para as solicitações do Banco do Brasil, somente se aplica aos empregados regidos pela CLT, in verbis:

Art. 1º Os empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, poderão autorizar, de forma irrevogável e irretratável, o desconto em folha de pagamento ou na sua remuneração disponível dos valores referentes ao pagamento de empréstimos, financiamentos, cartões de crédito e operações de arrendamento mercantil concedidos



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
CONSULTORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA

por instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil, quando previsto nos respectivos contratos.

§ 1º O desconto mencionado neste artigo também poderá incidir sobre verbas rescisórias devidas pelo empregador, se assim previsto no respectivo contrato de empréstimo, financiamento, cartão de crédito ou arrendamento mercantil, até o limite de 35% (trinta e cinco por cento), sendo 5% (cinco por cento) destinados exclusivamente para: (...)

Art. 3º Para os fins desta Lei, são obrigações do empregador: (...)

§ 4º Os descontos autorizados na forma desta Lei e seu regulamento terão preferência sobre outros descontos da mesma natureza que venham a ser autorizados posteriormente.

No mais, de acordo com a Resolução nº 199/09, que dispõe sobre as consignações em folha de pagamento dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas no âmbito do TCDF, a preferência entre as verbas consignadas existe apenas com relação aos descontos de natureza compulsória, os quais possuem prioridade sobre os descontos de natureza facultativa (art. 9º, caput). (grifos acrescidos)

Nesse sentido, após as alterações realizadas pelo Seleg, a Cláusula Décima - Das Responsabilidades registra a seguinte redação:

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS RESPONSABILIDADES

A consignação em folha de pagamento não implica co-responsabilidade do CONVENIENTE por dívidas ou compromissos de natureza pecuniária assumidos pelos consignados junto à INSTITUIÇÃO CONVENIADA.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. *O presente Convênio tem como objetivo fixar meras regras de colaboração entre os partícipes, não gerando quaisquer obrigações e/ou responsabilidades de ordem patrimonial*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
CONSULTORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA

para o CONVENENTE, no que tange ao cumprimento de suas cláusulas.

PARÁGRAFO SEGUNDO. *Caberá ao CONVENENTE confirmar à INSTITUIÇÃO CONVENIADA, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da data da solicitação do crédito pelos membros e servidores, ativos e inativos, e pensionistas, por escrito ou meio eletrônico, a possibilidade de realizar os descontos do empréstimo e/ou financiamento na folha de pagamento dos membros e servidores, ativos e inativos e pensionistas para que os recursos possam ser liberados.*

PARÁGRAFO TERCEIRO – *Caberá ao CONVENENTE comunicar à INSTITUIÇÃO CONVENIADA a ocorrência de adiantamento da data de crédito dos salários aos membros e servidores, ativos e inativos, e pensionistas. Neste caso, a cobrança da prestação de crédito consignado também se processará na mesma data, devendo o valor consignado ser repassado conforme definido na cláusula quinta.*

Ademais, constata-se que a minuta em exame reúne os elementos essenciais exigidos pela legislação aplicável à espécie, motivo pelo qual atesta-se a sua boa ordem.

Nada obstante, registre-se a necessidade de a área demandante verificar a validade de **todas as certidões** apresentadas pelo interessado para substituição das eventualmente vencidas no transcurso do convênio.

Destarte, esta Consultoria Jurídica, restrita aos aspectos jurídico-formais, converge com as manifestações uniformes das Unidades Administrativas (Seleg, Segep e Segedam), no sentido de que seja celebrado novo convênio com o Banco do Brasil a fim de manter a consignação de empréstimos e financiamentos em folha de pagamento dos membros, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas desta Corte, em conformidade com a Resolução-TCDF nº 199/09, nos termos da minuta ora ajustada (peça nº88).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
CONSULTORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA

Por fim, registre-se que, caso formalizado o novo Convênio, deverá ser publicado o extrato da minuta na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, como condição para eficácia dos atos, a teor do art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/1993.

À consideração do Consultor Jurídico.

Brasília, 12 de novembro de 2021.

Waleska Novacki
Assessora Jurídica

De acordo. Ao Gabinete da Presidência.

CARLOS AUGUSTO L. LOPES
Consultor Jurídico